

Empossada nova diretoria da entidade

Eleita para o período 97/99, a nova diretoria da Adusp tomou posse no final de junho. Deputados, vereadores, sindicalistas, docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp participaram da solenidade que ocorreu no anfiteatro da Geografia. A nova diretoria ficou assim constituída: Jair Borin (ECA), Osvaldo Coggiola (FFLCH), Marcos Nascimento Magalhães (IME), Iraci Palheta (FFLCH), Ildo Luís Sauer (IEE), Lighia B. Horodynski-Matsushigüe (IF), José Moura Gonçalves Filho (IP), Paulo Y. Kagayama (ESALQ), Antonio César Fagundes (FMVZ), Jairo Kenupp Bastos (FCFRP) e Ires Dias (ICMSC). Na ocasião, além da posse dos novos diretores, a Entidade lançou a edição nº 10 da Revista Adusp, que traz artigos de João Pedro Stedile (MST), Antonio Carlos Spis (Federação Única dos Petroleiros) e entrevista com Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Felix do Araguaia (MT).

Pág. 3

Andes realiza curso de formação sindical

Entre os dias 27 e 31 de julho, foi realizado na Escola 7 de Outubro (da CUT), em Belo Horizonte (MG), o I Curso de Formação Sindical da Andes. Aproximadamente 40 delegados de Associações Docentes de todo o país participaram desta inédita experiência da Andes. Esta atividade faz parte do Plano de Ação 97 do Sindicato, e busca incentivar o surgimento de novas lideranças. A deliberação pelo curso aconteceu no último Congresso da Andes, realizado no início do ano em João Pessoa (PB) e teve impulso com o esforço do Grupo de Trabalho de Política Sindical da Entidade.

Osvaldo Coggiola, 1º vice-presidente da Adusp; Márcio de Oliveira, secretário-geral da Andes; Edmundo Fernandes Dias, Unicamp; Maria da

Graça Nóbrega Bolmann, Federal de Santa Catarina; Marcelo Badaró, Federal Fluminense, e José Maria de Almeida, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram os responsáveis pelas "aulas". Eles abordaram os temas: cidadania, neoliberalismo, reestruturação produtiva, globalização, história e problemas atuais da universidade brasileira e latino-americana, história do sindicalismo e das lutas sociais no Brasil, luta do movimento docente universitário, organização sindical em geral e sindicalismo orgânico.

Houve, segundo Coggiola, ativa participação dos presentes em cada "aula", através de questionamentos e ainda foram realizadas duas sessões de avaliação, onde foi elaborado um balanço das atividades.



Ronaldo Ender

Diretoria SP: Iraci, Jair, Coggiola, Lighia (em pé); Marcos, Ildo e Moura.

Encontro histórico

Daniel Ruiz Garcia



A solenidade de posse da atual diretoria propiciou o reencontro de cinco ex-presidentes da Adusp e um de seus fundadores. Alberto Luiz da Rocha Barros (fundador), Jair Borin (97/99), Otaviano Helene (93/95), João Zanetic (91/93), Francisco Miraglia (87/89), Marco A. Brinati (95/97) e Flávio Aguiar (89/91).

Adusp debate Previdência

As lideranças do governo estão trabalhando para aprovar, ainda neste mês, o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB), que altera a Proposta de Emenda Constitucional 33/96, já aprovada pela Câmara dos Deputados, que trata da nova Previdência para os trabalhadores. Pelo substitutivo, que já passou pela CCJ do Senado, uma série de conquistas dos trabalhadores serão detonadas. Os professores universitários só poderão pleitear a aposentadoria após contribuir

durante 35 anos e com idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres. Para quem já contribuiu durante algum tempo no sistema atual, haverá regras de transição que preservam muito pouco os direitos previstos na Constituição. A aposentadoria integral, por exemplo, só será garantida até o limite de R\$ 1.200. Para esclarecer dúvidas sobre o substitutivo do senador, a Adusp promoveu um debate na segunda-feira, dia 18, no Auditório de História.

Conad reforça lutas por salários e contra reformas

Claudinei Lourenço

O plano de lutas do Andes para enfrentar a conjuntura socioeconômica e política foi avaliado e atualizado no XXXIV Conselho Nacional das Associações Docentes (Conad). Realizado em Palmas (TO) entre os dias 4 e 6 de julho, o encontro contou com a participação de 52 seções sindicais, representadas por 47 delegados e 64 observadores. O evento reafirmou a luta articulada com outras categorias de trabalhadores contra as reformas do governo FHC. Evidenciou, ainda, que o movimento docente tem como referencial de luta a proposta da Andes para a educação. A Adusp foi representada neste encontro por Jair Borin (presidente) e Osvaldo Coggiola (1º vice-presidente).

Segundo Osvaldo Coggiola, o Conad foi importante por ter discutido não só os encaminhamentos imediatos

de luta dos diversos setores (estaduais, federais e particulares), mas também as questões mais gerais de estratégia política do sindicato como parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ainda segundo Coggiola, por causa desses debates, o evento foi uma boa preparação para o VI Concut, que se realiza neste mês de agosto em São Paulo.

Na manhã de segunda-feira, dia 7, os professores fizeram vigília em frente ao Palácio Araguaia, sede do governo estadual, para acompanhar a audiência da direção da Andes com o governador José Wilson Siqueira Campos. O governador deixou claro que defende a "desestatização", que segundo ele não significa privatização, e os dirigentes da Andes enfatizaram que, por princípio, são contrários à privatização. No ano passado, a Unitins (Universidade Estadual do Tocantins) foi privatizada e fechado o canal de conversação com os diretores da Associação Docente da universidade. Após este encontro, que também teve a participação do reitor da universidade, Osvaldo Della Giustina, acredita-se que o canal de conversação tenha sido restabelecido.

Greve geral - A proposta de construção da greve geral, confirmada no último



Manifestação em frente à Assembléia Legislativa de Tocantins.

Congresso da Andes, foi levada ao VI Concut como estratégia "para o fortalecimento da resistência" à política do governo federal, que retira conquistas históricas dos trabalhadores e desmantela os serviços públicos.

Reformas - A luta contra as reformas administrativa, da previdência, da saúde e a que trata da autonomia (PEC 370A/96) continuará sendo prioridade na ação da Andes, de acordo com as deliberações do Conad.

Educação - Prioridade também terá o trabalho voltado para a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, ameaçada pela política de cunho privatizante do governo - ditada pelo FMI e Banco Mundial. A Proposta da Andes para a Universidade Brasileira (CADERNOS Andes nº 2) será, nesse sentido, a referência da entidade como contraponto ao

projeto de FHC. Mesmo nível de importância terá a participação do sindicato na elaboração do Plano Nacional de Educação, cujo fórum principal é o II Coned, que acontecerá em novembro, em Belo Horizonte.

Campanha salarial - A luta pelo emprego, salário, estabilidade e condições dignas de trabalho é o outro eixo destacado pelo Conad. Para as IES públicas, o sindicato vai desenvolver uma campanha que busque a implantação da Proposta de Carreira e Capacitação e o piso salarial. Em relação às IPES, o lançamento da campanha salarial de 1998 está previsto para outubro e novembro de 1997. Carreira, capacitação docente e liberdade de organização sindical fazem parte da pauta de reivindicações. (colaboração: Sandra Crespo - Agência Andes)

Adusp

Diretoria:

Jair Borin, Osvaldo Coggiola,
Marcos N. Magalhães,
Iraci Palheta, Ildo Luís Sauer,
Lighia B. Horodyski-Matsushigue,
José Moura Gonçalves Filho,
Paulo Y. Kageyama,
Antonio César Fagundes,
Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

Projeto Gráfico:

Argeu Godoy

Editoração eletrônica:

Luis Ricardo Câmara

Secretaria:

Alexandra Carillo

Rogério Yamamoto

Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Bureau Bandeirante

Impressão: Gráfica Poolprint

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano
Gualberto, trav. J, nº 374
Cid. Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573
Fax: (011) 814-1715
e-mail: aduspsp@org.usp.br

MOVIMENTO SEM-TERRA

Em defesa da Justiça

A Adusp está fazendo circular pelas unidades da USP um abaixo-assinado que objetiva a transferência do local de julgamento do líder do MST José Rainha. O julgamento está marcado para ser realizado na cidade de Pedro Canário (ES), mesmo local do primeiro julgamento que o condenou a 26 anos de prisão.

Procure o conselheiro de sua unidade e participe.

Cópia do abaixo-assinado também está à disposição dos interessados na sede da Adusp.

Empossada nova diretoria da Adusp

Eleita em maio, a nova diretoria da Adusp assumiu a direção da Entidade em 22 de junho. Cerca de 70 pessoas participaram da solenidade de posse, realizada no anfiteatro da Geografia, e do coquetel no Clube dos Professores.

O presidente empossado da Adusp, Jair Borin, destacou a importância da Entidade nas últimas décadas, notadamente na resistência à ditadura e defesa dos direitos humanos. "A Adusp foi e é trincheira, fórum e canal", afirmou Jair Borin. Trincheira da resistência

por uma universidade valorizada, cumprindo seu papel social; trincheira do ensino público, gratuito e de qualidade;

fórum de idéias e de debates que visam continuamente o aperfeiçoamento da democracia; e canal das mobilizações e das manifestações enquanto docentes da USP.



Deputados, vereadores, sindicalistas e professores da USP, Unesp e Unicamp (foto) prestigiaram a posse da diretoria eleita para o período 97/99.

Linhas de ação para 97/99

Adusp tem sido pólo aglutinador de resistência docente das investidas contra o ensino superior público estadual. A Entidade tem lutado por melhores salários, contra a precariedade no emprego, em defesa da autonomia universitária e contra os atropelos e arbitrariedades institucionais. Baseada nessa história de luta, a atual diretoria definiu as seguintes linhas prioritárias de ação:

Na universidade

- Regularização dos contratos precários, conforme proposta aprovada em plebiscito organizado pela Adusp;
- Valorização e defesa do RDIDP, frente ao impacto de sua flexibilização;
- Lutar por ganho real na data-base, fixando como horizonte a recuperação do poder aquisitivo de janeiro de 1989, medido pelo ICV-Dieese;
- Criação do Conselho de Gestão do Hospital Universitário;
- Contra as arbitrariedades cometidas nas avaliações individuais e coletivas pelos órgãos centrais da USP, em especial a Cert;

- Por uma avaliação baseada em critérios claros, contextualizada na realidade de cada área do conhecimento e definida a partir de todas as atividades-fim da Universidade;

- Equilibrar as atividades-fim da USP, discutindo a organização e a infra-estrutura do trabalho acadêmico, bem como os critérios de ascensão na carreira;

- Lutar por uma política de ampliação do quadro docente por concurso público, com vista a aumentar significativamente o número de vagas oferecidas pela USP e garantir, efetivamente, um terço de vagas para os cursos noturnos;

- Reivindicar a publicação de balancetes mensais, especificando receitas e despesas, bem como a destinação das verbas por parte da reitoria;

- Em conjunto com o Fórum das Seis, lutar pela ampliação da dotação orçamentária das universidades estaduais e do Centro Paula Souza, possibilitando a sua expansão.

Na sociedade

- Junto com a Andes, articular-se com o movimento

social e sindical para combater as políticas econômica, de administração do Estado e previdenciária do atual governo;

- Apoiar a luta dos Sem-Terra pela Reforma Agrária;

- Defender o patrimônio público, opondo-se às privatizações propostas pelo atual governo;

- Defender o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como os direitos e conquistas relativos à aposentadoria, pensão e previdência.

Na entidade

- Incentivar a organização de base, através do Conselho de Representantes, dos conselhos por unidade e das diretorias regionais;

- Ampliar as instalações da Entidade, visando a construção de um espaço cultural e social, com auditório e locais para exposições e vida social;

- Incentivar a reestruturação dos Grupos de Trabalho, em particular os de Política Educacional, Ciência e Tecnologia, Saúde, Relações Sindicais e Questões Agrárias;

- Promover campanha de filiação, ampliando a inserção da Adusp no corpo docente.

Cert

A Cert tem usado um truque para aumentar o poder. Segundo o Regimento da Cert, o período de experimentação é de seis anos e só pode ser dilatado por mais dois anos mediante quorum de dois terços de seus membros. Esse período de experimentação é avaliado através de relatórios bienais e, uma vez aprovado o último relatório, o docente ficará dispensado de apresentar novos relatórios para permanecer no regime. O truque empregado pela Cert é suspender e reintegrar o docente no RDIDP na mesma reunião. Com isso a Cert ganha mais oito anos de poder sobre o docente. Esse procedimento é um desrespeito não apenas ao próprio regimento da Cert e ao docente, mas também às Congregações e Conselhos Departamentais. Uma vez aprovado em definitivo o relatório de RDIDP, cabe aos colegiados a responsabilidade pelas atividades acadêmicas dos docentes. Ao proceder desta forma a Cert retira das Congregações e Conselhos suas responsabilidades e deveres. Esse procedimento, bem como outros, não tem sustentação legal.

Encol

Os compradores de apartamentos no empreendimento Village Park, da Encol - vizinho à USP - estão sendo chamados para reunião para tomar providências junto a essa empresa que se encontra em estado de insolvência. Os docentes que adquiriram imóvel no Village Park devem entrar em contato com o professor Tiago, no ramal 7055.

Reitoráveis discutem futuro d

Com o propósito de democratizar e ampliar o debate sobre a sucessão do reitor, que ocorreu em 2007, a Adusp lançou os temas “Projetos para a Universidade” e “Financiamento da Universidade”. A partir de agora, e para debater suas propostas com a comunidade. Os temas serão propostos pela diretoria da Adusp. As candidaturas estão postas, a Adusp elaborou cartazes e faixas chamando os possíveis candidatos. Até agora, seis docentes colocaram-se como candidatos: Adolpho José Melfi (Pró-reitor de Pós-graduação e Extensão, Instituto de Ciências Biomédicas), Gil da Costa Marques (Diretor do Instituto de Física), João Carlos de Azevedo (Pró-reitor). Nesta primeira rodada encaminhamos duas perguntas aos reitoráveis. Cinco deles responderam e ultrapassou o espaço disponível para sua resposta. Uma vez que o professor Erney estava com o prazo deste número. A diretoria da Adusp esclarece que abrirá espaços a todos aqueles que quiserem responder. Ainda dentro desta programação, está previsto, para o dia 26 deste mês, a realização de uma reunião com o reitorável.

Gil da Costa Marques

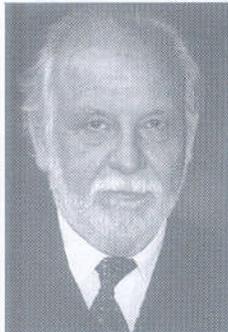


1 A Cert tem um objetivo muito importante, que é o de supervisionar e fiscalizar os regimes de trabalho do corpo docente da USP. Ela deve ser mantida, portanto. Entretanto, é necessária uma reestruturação visando aperfeiçoar o seu funcionamento. A idéia é a de constituir câmaras junto à Cert. O RDIDP deve continuar como regime preferencial do corpo docente da USP, e a Resolução 3533 (que regulamenta os regimes de trabalho docente na USP), deve ser corretamente interpretada no sentido de que: pesquisa, docência e

extensão são atividades precípuas da Universidade. A isto está associada a nossa proposta de constituição de câmaras dentro da Cert.

2 Deve haver uma tendência de acabar com os contratos precários. Nossa proposta é que o docente seja inicialmente contratado a título precário por até cinco anos, findos os quais a sua vaga seria colocada em concurso público de ingresso na carreira no prazo máximo de três anos. Seria facultada ao Departamento, ouvido o docente, a definição da época em que seria realizado esse concurso dentro do prazo citado.

Adolpho José Melfi



1 Por reconhecer a relevância do trabalho que a Cert realiza na preservação da qualidade na Universidade de São Paulo e por entender que, na atual conjuntura, suas atribuições dificilmente poderiam ser realizadas por

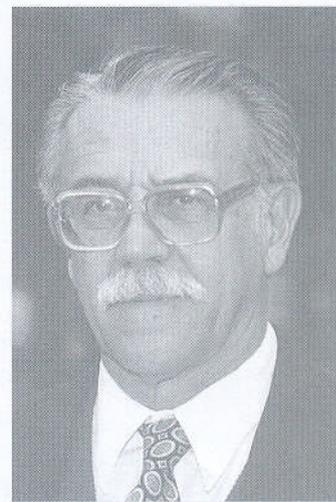
Unidades e/ou Departamentos, demasiadamente heterogêneos, tanto do ponto de vista qualitativo, como quantitativo, creio ser desaconselhável a extinção da Cert como órgão assessor da Reitoria. Entretanto, é de fundamental importância que se façam modificações profundas em sua estrutura e nos seus mecanismos de atuação a fim de melhor adequá-la à nossa realidade. Como sugestão, entendo que a Cert deveria: 1) ter ampliada a sua composição; 2) ter seus membros indicados em parte pelo Reitor e em parte pelo CO; 3) formar Câmaras Setoriais para as grandes áreas do conhecimento; 4) estabelecer critérios objetivos para julgamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, administração universitária, levando em consideração as especificidades de cada uma das quatro grandes áreas; 5) promover a avaliação

de todos os docentes da Universidade, independente de sua posição na carreira e do regime de trabalho.

2 Os contratos precários foram criados para resolver situações emergenciais, mas terminaram por adquirir um caráter quase definitivo. Eles devem ser revistos por serem injustos e prejudiciais ao corpo docente de nossa Universidade. É difícil porém, neste momento, propor qualquer solução para a questão, tendo em vista que as modificações constitucionais que estão sendo propostas e debatidas no Congresso Nacional poderão afetar profundamente os contratos de trabalho vigentes. Assim sendo, faz-se necessário a adoção de medidas emergenciais em benefício dos docentes contratados, propondo salvaguardas, na forma de aditivos aos contratos atuais ou de parte integrante de contratos futuros. Tais salvaguardas poderiam incluir, por exemplo (i) aviso prévio obrigatório de seis meses quando da não renovação do contrato; (ii) criação de indenização compensatória a ser paga em caso de dispensa do docente, nos moldes do FGTS; (iii) tornar obrigatório a abertura de concurso (bientemente, por exemplo) em Departamentos que possuam docentes com contratos precários.

Pergunta 1

A Cert manterá a mesma atuação, será mantida ou extinta?

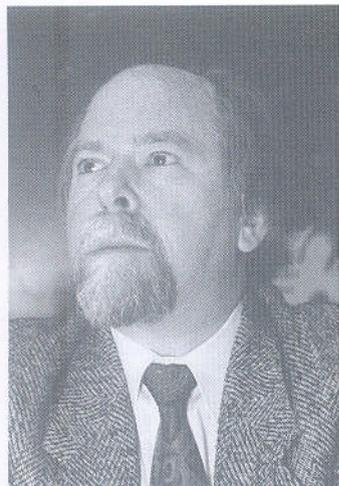


Carlos A. de Azevedo

1 Em diversas ocasiões já venho me pronunciando sobre o papel da Cert. Julgo que uma Comissão dessa natureza é necessária, pois, mecanismos reguladores em instituições complexas do porte da USP, que possuem uma diversidade de Unidades com características muito diferentes, são necessários. No entanto, julgo que a atuação da Cert preci-

a Universidade de São Paulo

e no final deste semestre, a Adusp já realizou, em junho, dois debates baseados nos temas até à eleição, o Informativo Adusp estará abrindo espaços para que os reitoráveis possam Entidade e os espaços para as respostas serão iguais para todos. Como nem todas as candidatas a entrar em contato com a Entidade para manifestar sua intenção. Até a presente situação), Carlos Alberto B. Dantas (Pró-reitor de graduação), Erney F. Plessmann de Camargo Marques Marcovitch (Pró-reitor de cultura e extensão universitária) e Miriam Krasilchik (Vice-presidente) responderam no espaço estipulado pelo Informativo e apenas Erney F. Plessmann de Camargo em viagem marcada para o dia de fechamento final desta edição, ele optou por não participar e se apresentarem para a sucessão e que não tenham se manifestado até o momento. Organização de um debate sobre "Salários, RDIDP e falta de professores nos cursos".



Jacques Marcovitch

1 A atuação da Cert deve ser objeto de revisão e aperfeiçoamento, por iniciativa do reitor ou do Conselho Universitário. Mas a questão da avaliação, que certamente inspira esta pergunta, não se restringe à exclusiva competência da Cert. Pode igualmente ser discutida e reorientada no âmbito do colegiado máximo, cuja pauta deve ser enriquecida com esta e outras questões de interesse estratégico para a universidade. A extinção da Cert seria tão excessivo quanto a sua exagerada concentração de poderes no quadro atual. O acompanhamento

do desempenho docente, que ela realiza, também deve sujeitar-se a uma avaliação.

2 Estes contratos, previstos no artigo 85 do Estatuto da USP, existem há décadas, cristalizando situações indesejáveis. É notório que os professores em etapa avançada da atividade docente e sob contratos precários, vivem uma situação vulnerável. Isso exige a contextualização do problema na política de Recursos Humanos da USP, dentro das normas legais, com audiência dos professores interessados e suas Unidades.

Pergunta 2

Como será tratada a questão dos Contratos Precários?

berto B. Dantas

sa ser redirecionada. Ela deve cobrar metas dos Departamentos, apontando os problemas ou deficiências a serem sanados e não descer a questões de economia interna dos Departamentos, como por exemplo, duração dos contratos. É necessário ainda, levar em conta a diversidade não fazendo julgamentos com base em um único critério.

2 Esta é uma questão que merecerá uma atenção especial. Nos atos de contratação e recontração o mérito tem que ser levado em conta e, em caso de não recontração é necessário que se estabeleçam mecanismos de proteção aos direitos do indivíduo. Dada a complexidade do problema, pretendo nomear uma Comissão para estudar o assunto.



Miriam Krasilchik

1 A Comissão Especial de Regime de Trabalho (Cert), tal como existe hoje, diretamente subordinada ao Reitor, é resultado da evolução de uma série de comissões

que foram se transformando para opinar sobre ingressos, reingresso, nomeações, admissões, contratos, renovações de contratos e alterações de regimes de trabalho do pessoal docente da Universidade. A partir de 1992, em conjunto com a CAA (Comissão de Atividades Acadêmicas do CO), passou a integrar a CPA, que no momento realiza avaliação departamental e dos núcleos. É obvio que a Universidade não pode prescindir de um órgão como a Cert, onde pares realizem a avaliação externa das atividades previamente examinadas nas Unidades. Essa avaliação pode e deve ser constantemente aperfeiçoada para a análise sistemática da produção científica e, mais ainda, para incluir e valorizar devidamente a qualidade da docência e das atividades de extensão. Para tanto, é essencial le-

var em conta as diferenças da natureza da atividade científica e da produção acadêmica, estreitamente relacionadas à natureza do conhecimento e da investigação em cada área. É preciso também avaliar o conteúdo social dos trabalhos por critérios que considerem tanto sua pertinência como substância acadêmica.

2 Sem dúvida a questão de contratação de docentes em caráter temporário, com renovações periódicas, é um tema que merece uma discussão ampla e profunda no âmbito desta Universidade. Atualmente, nos termos do Estatuto da USP e da Constituição Federal vigentes, uma solução viável seria a abertura de concursos públicos de forma que todos os docentes portadores, no mínimo, do título de doutor pudessem ter a possibilidade de se efetivar. É um mecanismo possível tendo em vista que os Departamentos, de uma maneira geral, possuem os cargos necessários. No entanto, soluções alternativas podem ser buscadas. O caminho natural é fazer um levantamento das situações existentes e encaminhá-las para o CO, que é o órgão competente para alterações estatutárias.

Arbitrariedade sustada

A professora Marina Pasetto Nóbrega, do Instituto de Biociências (IB) da USP, conseguiu uma liminar prorrogando seu contrato por 30 dias a partir de 31 de julho de 1997, data inicialmente prevista para o fim de seu contrato. Durante esse mês, o juiz pretende tomar uma decisão sobre o pedido formulado pela professora de continuidade de suas atividades na Universidade, tendo em vista compromissos acadêmicos anteriormente assumidos.

Tudo começou há mais de dois anos, com uma decisão do Conselho do Departamento de Biologia de não renovar o seu contrato por razões alheias ao seu desempenho como docente e pesquisadora. Ao apresentar seu recurso, Marina Nóbrega incluiu diversos documentos com o apoio de pesquisadores nacionais e estrangeiros, bem como um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas de alunos da graduação. A orientação de sua defesa contou com o

apoio da diretoria e do setor jurídico da Adusp. O caso percorreu as instâncias do IB e chegou até o Conselho Universitário (CO), instância máxima da Universidade. Na histórica reunião, diversas vozes apontaram o absurdo perpetrado dentro do IB e a professora Marina conseguiu uma primeira vitória. Buscando dificultar a decisão de reintegração, o Departamento de Biologia colocou a docente à disposição da Direção. O Departamento de Fisiologia aceitou a transferência da docente, solucionando assim o impasse criado. Seria uma passagem temporária ou uma alteração nos seus projetos de pesquisa com o início de uma nova linha de trabalho.

Marina Nóbrega iniciou suas atividades no novo departamento tentando recuperar o tempo perdido e também buscando superar o desgaste de quase um ano de sucessivos recursos em várias instâncias. Dessa forma, ela seguiu as determinações

do departamento quanto às atividades didáticas, intensificou seu trabalho de pesquisa e orientação, e buscou uma transferência para outro departamento da USP. Em não se concretizando a transferência, a renovação de seu contrato foi objeto de avaliação no Departamento de Fisiologia, que decidiu recontratá-la por dois anos, mas colocou-a à disposição da Diretoria. Na Congregação este encaminhamento resultou na não recontração, pela segunda vez. Novo recurso foi apresentado e a Consultoria Jurídica sugeriu à Direção que a questão voltasse ao Departamento de Fisiologia para reexame. O Conselho do Departamento modificou a decisão e renovou o contrato por seis meses, improrrogáveis, com término previsto para 31 de julho passado, terceiro cancelamento do contrato.

É importante ressaltar que a professora Marina teve seu relatório de atividades consi-

derado satisfatório pela assessoria externa solicitada pelo Departamento de Fisiologia e que tem auxílio-pesquisa Fapesp em curso até fevereiro de 1998. Também orienta aluna em programa de mestrado (bolsista Capes - fase final) além de orientar duas estudantes bolsistas de iniciação científica (PIBIC e Fapesp) e uma bolsista de treinamento técnico (Fapesp).

Com base nas atividades desenvolvidas e nos compromissos que a docente assumiu, com a Fapesp e com os estudantes que orienta, o seu advogado atual, Irineu Strenger, entrou com um pedido de liminar para evitar o prejuízo irreparável que ocorreria com a não renovação do contrato da professora Marina. A vitória parcial com a concessão da liminar tenta reverter a injustiça de alijar da universidade uma colega que tem desempenhado responsabilmente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Resumo do Relatório da Tesouraria

Junho de 1997

Saldo de Maio:	R\$	764.894,62
Contribuição Sócios	R\$	82.727,34
Repasso Andes-SN	R\$	31.636,60
Contribuição Líquida	R\$	51.090,74
1. Receitas		
1.2. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$	6.527,01
1.3. Outras receitas variáveis	R\$	4.414,96
Disponível	R\$	62.032,71
2. Despesas		
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$	27.563,05
2.2. Manutenção da Sede	R\$	6.934,66
2.3. Comunicação	R\$	17.276,97
2.4. Eventos	R\$	10.015,49
2.5. Outros	R\$	11.454,95
Total Despesas	R\$	73.243,62
Saldo de Junho	R\$	753.683,71
3. Ativo Financeiro		
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$	732.064,03
3.2. Poupança	R\$	7.144,72
3.3. Conta Corrente	R\$	13.230,53
3.4. Caixa Secretaria	R\$	1.244,43
Total do Ativo Financeiro	R\$	753.683,71

Resumo do Relatório da Tesouraria

Julho de 1997

Saldo de Junho:	R\$	753.683,71
Contribuição Sócios	R\$	82.561,13
Repasso Andes-SN	R\$	—
Contribuição Líquida	R\$	82.561,13
1. Receitas		
1.2. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$	12.443,02
1.3. Outras receitas variáveis	R\$	6.232,94
Disponível	R\$	101.237,09
2. Despesas		
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$	38.074,05
2.2. Manutenção da Sede	R\$	9.452,80
2.3. Comunicação	R\$	19.308,76
2.4. Eventos	R\$	7.223,92
2.5. Outros	R\$	3.290,72
Total Despesas	R\$	77.350,25
Saldo de Julho	R\$	777.570,55
3. Ativo Financeiro		
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$	768.135,69
3.2. Poupança	R\$	7.223,18
3.3. Conta Corrente	R\$	1.155,30
3.4. Caixa Secretaria	R\$	1.056,38
Total do Ativo Financeiro	R\$	777.570,55

Financiamento à pesquisa no Brasil

Otaviano Helene

No dia 11 de abril 1997 O *Estado de S. Paulo* publicou editorial no qual afirmava que "o governo brasileiro...não investe proporcionalmente pouco em ciência e tecnologia: investe mal", sendo que o *portanto* se baseava na afirmação que "o governo brasileiro investe mais de 1% do PIB em ciência e tecnologia, com os resultados que já se conhecem, os EUA investem 0,7% e a Coréia do Sul, com extraordinário desempenho na exportação de produtos industriais, 0,3%". Essas afirmações e comentários merecem uma análise.

A frase "o governo não investe pouco, investe mal" é a mesma que foi e tem sido usada para desqualificar o setor educacional e seus trabalhadores nos últimos anos. Ora, a União, os Estados e os Municípios investem pouco em educação escolar e debitam em suas contas inúmeros gastos que nada têm a ver com educação, distorcendo e maquiando as informações. Os dados divulgados insistentemente pelo governo federal, quando analisados de forma um pouco mais detalhada, mostram-se manipulados, sendo que o Brasil é um dos pouquíssimos países a não divulgar os gastos correntes em educação escolar, que são aqueles que, segundo critérios da Unesco, correspondem efetivamente à escolarização de pessoas. Não bastasse isso, documento do Ministro da Educação "Desenvolvimento da educação - relatório nacional do Brasil", de junho de 1996, segundo a imprensa a ser encaminhado à Unesco, identifica como despesas com educação o que seria gasto caso a legislação fosse totalmente seguida e todas as despesas debitadas em alguma conta de educação correspondessem efetivamente a gastos

com educação escolar. Ora, nem a legislação é totalmente seguida e nem todos os gastos atribuídos ao setor educacional correspondem efetivamente à escolarização de pessoas.

Repete-se agora a mesma situação com os dados do setor C&T com tentativas de desqualificação de seus trabalhadores, uma vez que, se se gasta mal, quem o faz são aqueles que trabalham no setor. O comentário do editorial em questão ilustra isso "conselhos de professores loteiam as bolsas atendendo, muitas vezes, à lógica interna de correlações de força da corporação...traduzindo a incrível falta de sintonia entre a universidade brasileira e as realidades do País e do mercado". Se há realmente loteamento de bolsas, ele deve ser denunciado e cabe ao editorialista fazê-lo, pois tal fato não condiz com a postura da imensa maioria daqueles que neste país se dedicam à pesquisa científica e que, certamente, tomando conhecimento de tal fato, irão exigir das autoridades e organismos responsáveis a imediata correção das distorções.

Quanto à falta de sintonia entre as universidades e a realidade nacional, ela tem merecido a atenção da comunidade científica, tanto por intermédio de suas entidades representativas como por manifestações e atitudes individuais. Quanto ao entendimento de quais são os aspectos mais importantes da realidade nacional aos quais a universidade deve responder, esta é certamente uma questão que envolve a própria concepção de sociedade e a identificação de seus anseios, necessidades e possibilidades; conseqüentemente, o próprio enfrentamento dessa questão depende de uma posição ideológica e de uma análise da

realidade nacional e mundial. Além disso, uma vez que há uma real limitação no poder de ação de qualquer organismo, é necessário definir uma escala de prioridades, o que depende de uma análise que não pode ser feita em duas ou três frases. Portanto, apontar o distanciamento entre sociedade e universidade parece ser apenas uma tentativa de desqualificar esta última. Finalmente, há que se considerar que as decisões quanto à orientação dada aos recursos destinados ao fomento do desenvolvimento científico e tecnológico não são tomadas nas universidades, que apenas executam os projetos e planos aprovados e financiados pelos organismos de fomento.

Os dados citados no editorial em questão merecem também alguns comentários: 1% do PIB significa cerca de R\$ 7 bilhões ao ano, algo perto de R\$ 700 mil por pesquisador, valor totalmente inverossímil. Caso fosse verdade, um pequeno grupo com cerca de 10 pesquisadores teria um orçamento anual típico de R\$ 10 milhões. Caso as despesas efetuadas com universidades tenham sido incluídas como despesas de ciência e tecnologia no cálculo que levou ao valor citado no editorial, devemos lembrar que elas são tradicionalmente debitadas ao setor educacional. Se se pretende proceder a uma mudança na sistemática dos cálculos das despesas públicas, aquelas devem ser subtraídas do setor educacional. Computá-las em ambas as contas e usar os resultados para agredir a ambos os setores não é aceitável.

Os dados divulgados pela Unesco em seu relatório de 1995, quando confrontados com informações sobre o PIB divulgadas pelo IBGE, indicam gastos de cerca de 0,38% do PIB em Ciência e

Tecnologia. As despesas com Ciência e Tecnologia do governo federal em 1997 estão orçadas em cerca de R\$ 1,28 bilhão (R\$ 1,26 bilhões do orçamento do Ministério de C&T), algo perto de 0,2% do PIB, que se somando às despesas dos Estados e Municípios, dificilmente poderia chegar perto do 1% anunciado pelo editorial citado.

Os dados apontados no editorial para outros países também não são de acordo com informações de fontes internacionais. Segundo o mesmo Anuário da Unesco, citado acima, os gastos com C&T na República da Coréia correspondem a cerca de 2,3% do PIB daquele país. No caso dos EUA, a cerca de 2,4%, valores bem diferentes dos 0,7% e 0,3% citados no editorial.

Não podemos aceitar que seja aberta nova frente de agressão ao setor público em nosso país, agora justificada pela ineficiência em operar o sistema de ciência e tecnologia. Há certamente dificuldades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, especialmente ligadas à descontinuidade dos programas, à falta de interação entre as políticas de formação de recursos humanos e sua absorção pelo sistema e à inexistência de uma política nacional coerente que inclua C&T como meio e fim e integrando-a ao setor produtivo. Entretanto, apenas agredir o setor, sem proceder a uma análise mais cuidadosa de suas funções, potencialidades e deficiências, pode acirrar sua dificuldade de articulação e contribuir para seu desmonte, como aconteceu com o sistema educacional, e provocar uma perda irreparável.

Otaviano Helene é professor do Instituto de Física e ex-presidente da Adusp.

Novas tecnologias para mobilizar a categoria

A partir desta edição, o Informativo Adusp estará debatendo importantes questões da USP com os docentes eleitos para o Conselho de Representantes da Entidade.

Jaime Simão Sichman, titular, e Roberto Ramos Júnior, suplente, representantes da Escola Politécnica no Conselho da Adusp, falam dos problemas que enfrentam naquela unidade e apontam soluções para aproximar os professores à Associação que os representa.

Falem da sua atuação como Conselheiros da Poli.

Jaime - Por uma característica inerente da escola, que é muito grande, penso que temos maiores dificuldades que outros colegas. É um trabalho difícil porque a Poli é uma unidade um pouco fragmentada. Então, atingir o número de docentes que há na Escola é uma coisa meio complicada. Estamos tentando disseminar as informações da Associação por todos os meios possíveis, tentando usar correio eletrônico, conversando com as pessoas nos corredores... O meu sentimento é que a atuação está um pouco complicada, mas penso que isso é uma característica social geral. Hoje as pessoas estão pouco interessadas ou se encontram com pouca disponibilidade de atuar nos movimentos sociais. Na verdade, existem dentro da Unidade, algumas críticas com relação à atuação da Associação e que nós temos tentado explicar e rebater, que é a questão de como conciliar as questões mais gerais da sociedade às questões particulares da universidade. Existe uma percepção de que algumas questões locais não são tratadas com a importância que elas deveriam ter.

Ramos - Concordo com o Jaime quando diz que as pessoas não participam muito do movimento sindical, mas é importante ressaltar que a Adusp é formada por todos os docentes. Não é suficiente que apenas um docente, um representante de cada Unidade, venha até à Adusp e saiba o que está acontecendo. As pessoas têm de participar e se envol-

ver. Esse envolvimento é muito importante para que a gente consiga representatividade. Quais são as principais questões de interesse dos docentes daquela Unidade?

Jaime - Existem questões mais gerais, que interessam a todos os docentes da universidade, a exemplo da questão salarial. Só que, por ser a Poli uma Unidade tecnológica, existem projetos que tornam a questão de luta coletiva por salário um pouco menor. As pessoas se voltam para soluções individuais; cada um resolve seu próprio problema e as questões coletivas ficam para um outro lado.

Ramos - Cada um tenta se virar como pode, o pessoal parece não estar dando muita importância à questão salarial, pelo menos a gente nota que o envolvimento na campanha de data-base por parte dos docentes da Poli é muito pequeno. Cada um participa de um projeto de pesquisa e muitos dão cursos fora da escola, inclusive alguns sendo tempo integral.

Como vocês vêem a atuação da Cert?

Jaime - Na Engenharia Elétrica, da qual participo, existe uma preocupação muito grande com relação à atuação da Cert. Medir-se a produção de um docente numa faculdade de cunho tecnológico e de ciência básica é extremamente diferente. Tome-mos como exemplo a área de ciências biológicas. Existem muitas publicações na área de biológicas que são publicações curtas, de duas ou três páginas; uma pessoa pode fa-

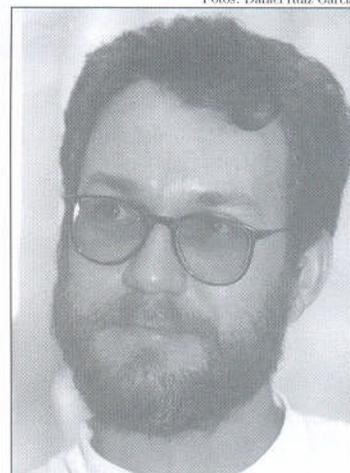


Jaime Simão Sichman.

zer um experimento e relatar o resultado desse experimento, enquanto que, em geral, alguns processos de engenharia demoram um pouco mais de tempo. Não se publicam relatórios parciais de atividades desses projetos.

Como vocês, Conselheiros da Adusp, podem atuar no sentido de aumentar a inserção da Entidade na Poli?

Ramos - O envolvimento das pessoas é fundamental. Eu e o Jaime nos dispomos a ajudar levando informes ao pessoal da Poli e trazendo questões levantadas pelos docentes à entidade. Vários colegas têm nos procurado para saber a posição da Adusp frente a alguns problemas como os Contratos Precários, a atuação da Cert e a mudança de tempo integral para tempo parcial. Sei que não dá para participar de todas as atividades propostas pela Adusp, mas se cada docente participasse pelo menos da metade delas, teríamos menos dificuldades em encontrar soluções para os nossos problemas. É importante que as pessoas se aproximem da Adusp.



Roberto Ramos Jr.

Jaime - As pessoas estão com pouca disponibilidade de tempo e mesmo sem vontade para participar de movimentos coletivos. A Adusp até hoje priorizou a participação dos seus associados fisicamente em eventos e isso teve um resultado regular. Eu acho que existem formas mais atuais de poder engajar as pessoas nas atividades. Eu me lembro da questão dos Contratos Precários, quando poderíamos ter utilizado instrumentos como abaixo-assinados ou mensagens eletrônicas que hoje estão muito em voga e não requerem muito tempo das pessoas. Então, ao se fazer uma reunião com o reitor, nós precisamos levar, além da proposta, um abaixo-assinado com três mil assinaturas de docentes da Universidade. No caso do plebiscito dos contratos precários, eu acho que houve uma boa participação dos docentes, mas que faltou gancho. O gancho seria apresentar ao reitor a proposta vencedora com centenas de assinaturas de apoio, o que certamente daria mais legitimidade ao pedido.

Fotos: Daniel Ruiz Garcia